

MERCADO

Bolsa pode desabar com risco de rebaixamento do Brasil

Indefinição sobre o financiamento do Renda Cidadã ligou sinal de alerta sobre rebaixamento das notas de risco do Brasil

ISAAC DE OLIVEIRA

isaac.oliveira@estadao.com

05/10/2020, 11:54 (atualizada: 05/10/2020, 12:06)

O governo federal apresentou, na semana passada, uma nova alternativa para substituir o atual Bolsa Família: o Renda Cidadã. O mercado financeiro não reagiu bem ao novo programa por receio de rompimento do teto de gastos, o que gerou especulações sobre a possibilidade de *downgrade* (rebaixamento) no *rating* (risco) soberano do Brasil. O E-Investidor conversou com analistas para avaliar possíveis impactos para a bolsa brasileira caso os rumores se confirmem.

A classificação de risco soberano consiste em uma nota dada por instituições especializadas em análise de crédito, as agências classificadoras de risco, a um país emissor de dívida.

Na prática, são avaliadas a capacidade e a disposição de um país em honrar de forma pontual e integral os pagamentos da sua dívida. Por isso, esse indicador tem muita influência entre investidores, dada a independência dessas avaliações.

Atualmente, conforme levantou o Broadcast, a Fitch atribui ao Brasil nota BB-, com perspectiva negativa. Na S&P, o rating também é BB-, mas com perspectiva estável. Ambas pioraram a perspectiva ainda no primeiro semestre. A Moody's, por sua vez, em maio, manteve o rating em BA2, com perspectiva estável.

“Um *downgrade* certamente afetaria diretamente o investidor estrangeiro e, obviamente, geraria em um primeiro momento perdas nos ativos financeiros”, avalia Alan Gandelman, CEO da Planner Investimentos.

Ainda que enxergue mais uma “briga política” do que um furo fiscal, Gandelman diz que se o rebaixamento se concretizar é possível ver um efeito em cadeia de queda bolsa e de subida do dólar e dos juros futuros.

“O que tem que ser feito o mais rápido possível é [o Executivo e o Legislativo] pararem de brigar e chegarem a um consenso. Ou seja, seguirem com a Reforma Tributária, com a Reforma Administrativa e que o Renda Cidadã seja factível de se fazer com recursos existentes, e não furando o teto de gastos”, acrescenta o CEO da Planner.

Inicialmente, a tônica da polêmica residia na controversa forma de financiamento do novo programa. Além de recursos do próprio Bolsa Família e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), ventilou-se a possibilidade de parte do Renda Cidadã ser financiada com recursos para pagamentos de precatórios, o que foi visto como risco de calote.

Na última quarta-feira (30), contudo, o governo recuou e o ministro da Economia, Paulo Guedes, descartou a possibilidade de os precatórios (valores pertencentes a pessoas ou empresas por determinação da Justiça) financiarem o programa, que precisa de uma fonte de recursos “saudável, limpa, permanente e previsível”.

“Não pode ser financiado com puxadinho, ajuste. Não é assim que se financia o Renda Cidadã, é com receita permanente”, disse Guedes.

Segundo economista de um importante banco de investimentos brasileiro que prefere não ser identificado, outro impacto na bolsa brasileira poderia ser a debandada de investidores estrangeiros.

“A gente vai ter daqui a alguns meses uma vacina ao redor do mundo, além de uma taxa de juros zero por muitos anos nos Estados Unidos e na Zona do Euro. Ou seja, vai ter liquidez com os mercados voltando ao normal. Com esse radar fiscal pior, que não acho que é o cenário base ainda, o Brasil talvez não seja o país preferencial desses investidores”, diz o economista.

Para **Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating**, os planos do governo no campo assistencialista são arriscados. “Já vimos esse filme em 2014 e conhecemos o final. Em 2015 e 2016, houve uma recessão econômica muito forte e o Brasil ainda está tentando se recuperar. Então esperamos que o governo reveja essa postura”, diz Agostini.

Em que patamar a Bolsa poderia chegar?

Com a bolsa abaixo dos 100 mil pontos, é possível que esse patamar regreda ainda mais caso o País venha a ter sua nota de rating reajustada para baixo. O CEO da Planner vê a possibilidade de um desconto de pelo menos 10% na pontuação.

“Se a gente tem um *downgrade* da noite para o dia, não tão esperado, por questões de não entendimento entre Legislativo e Executivo, a bolsa pode facilmente perder uns 10%, se não mais. A gente sairia de 93 mil pontos para 84 mil pontos”, estima Gandelman.

Agostini lembra que o Ibovespa estava em torno de 105 mil pontos antes do dia 18 de setembro, mas começou a declinar, principalmente no último dia 21, com as notícias sobre os planos em torno de um novo programa de assistência social.

“É difícil falar em quanto custaria em termos de pontos. Mas vimos que, só com as discussões sobre o programa, a Bolsa perdeu quase 10 mil pontos em dez dias. Sem dúvida alguma o prejuízo é grande”, avalia o economista-chefe da Austin.

Já a projeção do economista que falou em *off* ao E-Investidor também seria de uma queda importante, indo para a casa dos 85 mil pontos. “Se esse cenário ruim acontecer, não há dúvida de que a queda não será marginal. Será uma queda significativa”, diz a fonte.

O impacto para as ações na Bolsa

Glauco Legat, analista-chefe da Necton, avalia que se houver o *downgrade* do *rating* soberano do Brasil, é possível que empresas que estão mais alavancadas sejam mais penalizadas.

“Essas empresas têm um custo financeiro de dívida e estão mais suscetíveis”, diz Legat.

Isso ocorre porque a nota de crédito também influencia no aumento da taxa de juros e, conseqüentemente, na dívida das empresas. “Se o Brasil ficar mais arriscado, teria-se que exigir um prêmio de risco maior. Então essa posição traria um impacto maior para as companhias”, afirma.

Ainda que não haja um setor específico mais suscetível que outros, existem alguns em situação mais delicada, como o de aviação, em que as companhias estão bastante endividadadas após forte abalo da pandemia. Há também os casos de empresas em recuperação judicial, como a Oi nas telecomunicações.